

PRODUÇÃO DE PESCADOS1.965 a 1.971

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS						
	1.965	1.966	1.967	1.968	1.969	1.970	1.971
RONDONIA	180	362	341	524	480	604	603
ACRE	71	138	265	245	274	358	295
AMAZONAS	12.058	12.659	16.616	20.682	21.031	20.730	19.156
RORAIMA	73	82	98	107	107	120	96
PARÁ	34.347	34.920	33.958	46.173	47.722	31.294	37.126
AMAPÁ	647	627	555	601	638	672	744
<u>R. NORTE</u>	<u>47.376</u>	<u>48.788</u>	<u>51.833</u>	<u>68.332</u>	<u>70.252</u>	<u>53.772</u>	<u>58.020</u>
MARANHÃO	47.660	48.625	53.451	51.117	48.537	52.526	43.998
PIAUI	1.819	1.739	2.367	2.315	2.241	2.270	2.202
CEARÁ	28.457	22.559	22.367	25.159	22.783	25.605	31.020
<u>R. G. NORTE</u>	<u>8.973</u>	<u>8.649</u>	<u>13.132</u>	<u>9.755</u>	<u>9.579</u>	<u>7.581</u>	<u>6.286</u>
PARAÍBA	8.705	19.970	16.019	19.826	18.450	20.661	28.320
PERNAMBUCO	5.771	4.514	6.041	4.825	6.837	3.209	5.233
ALAGOAS	3.112	2.850	5.030	4.675	3.589	2.572	2.573
SERGIPE	2.219	2.297	2.364	2.517	2.440	2.482	2.200
BAHIA	13.869	14.407	13.491	15.162	15.291	16.189	17.765
<u>R. NORDESTE</u>	<u>120.585</u>	<u>125.610</u>	<u>134.262</u>	<u>135.351</u>	<u>129.747</u>	<u>133.095</u>	<u>139.597</u>
MINAS GERAIS	3.756	3.874	3.811	3.690	3.660	2.507	2.915
E. SANTO	3.345	3.100	3.712	4.555	6.639	9.989	10.398
R. JANEIRO	20.370	21.595	32.348	40.351	50.856	32.945	49.624
GUANABARA	22.224	19.529	33.686	44.401	42.135	39.859	61.643
SÃO PAULO	45.792	52.261	59.949	61.035	60.294	69.021	65.604
<u>R. SUDESTE</u>	<u>95.487</u>	<u>100.359</u>	<u>133.506</u>	<u>154.032</u>	<u>163.584</u>	<u>154.315</u>	<u>190.184</u>

PRODUÇÃO DE PESCADOS1.965 a 1.971

(t.)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	A N O S						
	1.965	1.966	1.967	1.968	1.969	1.970	1.971
PARANÁ	2.566	2.425	3.313	3.114	3.626	4.333	4.774
S. CATARINA	58.483	54.501	50.286	56.080	56.830	60.707	73.088
R. G. SUL	50.221	101.707	54.141	81.251	75.145	117.771	124.033
R. SUL	<u>111.270</u>	<u>158.633</u>	<u>107.740</u>	<u>140.475</u>	<u>135.601</u>	<u>182.811</u>	<u>201.895</u>
MATO GROSSO	2.813	2.032	1.758	2.071	1.868	2.147	1.781
GOIÁS	281	365	323	156	145	140	66
R. CENTRO-OESTE	<u>3.094</u>	<u>2.397</u>	<u>2.081</u>	<u>2.227</u>	<u>2.013</u>	<u>2.287</u>	<u>1.847</u>
TOTAL GERAL	<u>377.812</u>	<u>435.787</u>	<u>429.422</u>	<u>500.417</u>	<u>501.197</u>	<u>526.280</u>	<u>591.543</u>

4 - Composição do Pescado

A análise da composição do pescado brasileiro, no período 1 967 a 1 971, mostra a predominância de dois grupos naturais: os peixes e os crustáceos, representando aqueles 85% da produção total em peso.

PEIXES : A produção brasileira em 1 967 foi de 361 .688 toneladas tendo alcançado em 1 971 o total de 499.281 toneladas, ocorrendo um crescimento em todas as regiões com exceção da Centro-Oeste, que dos 0,58% que participava no início do período, desceu para 0,37% em 1 971.

A região Nordeste participava em 1 967, com 24,39%, decrescendo em 1 971, quando atingiu 18,36%. Na Região Norte destacam-se apenas os anos de 1 968 e 1 969, com participação relativa da ordem de 14,13% e 14,41% respectivamente.

O Sudeste, em 1 967, contribuía com 22,26% da produção total, atingindo em 1 971, 35,08%, com pequenos períodos de diminuição na participação relativa. O período foi marcado pela intensa diminuição da participação da região Sul que, dos absolutos 41,21% que participava em 1 969, desceu para 27,57% em 1 971, decréscimo esse atribuído as limitações impeditivas da captura do pescado em água do Uruguai e Argentina, de onde provinham 70% do pescado aportado em Rio Grande.

Das centenas de espécies de peixes existentes no Brasil, só figuram nas listas dos entrepostos aproximadamente quarenta, sendo apenas umas doze em quantidades significativas. Dessas, três espécies são responsáveis por 50% da produção total (Sardinha, Pescada, Tainha).

Ressalta-se que 77% do peixe "comercial" é capturado do Rio de Janeiro para o sul, cabendo os restantes 23 % a algumas espécies de peixes finos (Cherne, Badejo; Garoupa, Pargo, Cavala), capturados do Rio de Janeiro para o Norte.

Os peixes de produção mais expressiva, apresentam as seguintes características:

Sardinha

A sardinha verdadeira, Sardinella aurita, é um peixe pelágico que forma grandes cardumes no Oceano Atlântico e Mar Mediterrâneo. No Brasil, esta espécie ocorre da costa de Sergipe à do Espírito Santo, e de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, ingerindo alimentos planetônicos, microcrustáceos ou fitoplâncton, diatomáceas, crustáceos, tuniados e moluscos. A sardinha desloca-se em grandes quantidades junto à superfície d'água e serve de alimento aos peixes maiores. Seu tamanho comercial é de, aproximadamente, 19 cm, podendo, no entanto alcançar 26 cm de comprimento. Sendo sua captura efetuada, através do cerco, quando os cardumes afloram à superfície.

A produção brasileira de sardinha, à exceção do ano de 1971, tem apresentado acréscimos sucessivos, tendo em 1971 alcançado 125.460 toneladas. O Estado do Rio de Janeiro é o maior produtor, tendo desembarcado em 1971, 33.760 toneladas, vindo a seguir a Guanabara com 31.100 toneladas, São Paulo com 28.989 toneladas e Santa Catarina com 28.662 toneladas.

Grande parte da sardinha pescada é entregue às indústrias, que as utilizam de maneira bastante variada, sendo uma pequena parte vendida "in natura". Apresenta alto índice de consumo em todo o território nacional, sendo também exportada, em especial para a Argentina sob a forma congelada.

Apesar de representar o maior potencial pesqueiro do litoral, Sul-Sudeste do país duas grandes deficiências podem ser assinaladas, como impeditiva a uma melhoria nos níveis de sua exploração econômica:

a) A precária tecnologia de pesca (principalmente no que se refere a barcos mal equipados e mão-de-obra preparada)

b) O pouco conhecimento sobre o comportamento biológico da espécie, mormente no que se refere a eventuais deslocamentos de cardumes, fazendo-os praticamente desaparecer das áreas tradicionais de pesca, ou das profundidades em que normalmente são encontradas.

Merluza

A merluza, Merluccius merluccius hubbsi, é peixe demersal que ocorre no Atlântico Sul; sul do Brasil, Uruguai e Argentina, alimentando-se basicamente de pequenos peixes como a sardinha. No Brasil, essa espécie aparece em imensos cardumes, na zona mais profunda da plataforma continental, nas águas frias e de baixo teor de sal da corrente das Malvinas que chegam até o Rio Grande do Sul.

Os exemplares capturados com a utilização de redes de arrasto, alcançam tamanhos que vão desde 23 cm até 60 cm de comprimento.

Em 1971, foram capturadas 18.245 toneladas de merluza das quais 18.141 pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Este produto pode ser encontrado fresco, congelado, salgado, desidratado, em farinha e óleo, e enlatado com certas limitações.

A merluza apresenta ampla aceitação no mercado internacional, podendo ser exportada filetada e congelada.

Pescada

A pescada-foguete, Macrodon ancylodon, pode ser encontrada nas águas dos Oceanos Pácifico e Atlântico. No Brasil ela é capturada da costa do Rio de Janeiro à do Rio Grande do Sul, com a utilização de "trawlers" de parelha.

A pescada, ocorre em grande quantidade a menos de 50 metros de profundidade. Seu tamanho comercial é de 26 cm, podendo esta espécie no entanto, alcançar 1,25 metros de comprimento. Seus hábitos alimentares se constituem de camarões, diatomáceas e peixes.

A produção brasileira de pescada, em 1971, alcançou 20.659 toneladas. São Paulo lidera a captura dessa espécie tendo desembarcado em seus portos 6.467 toneladas seguido do Rio Grande do Sul com 5.983 toneladas e da Guanabara com 1.920 toneladas.

Essa espécie é altamente consumida pelo mercado paulista que a compra "in natura" ou em filês que também são exportadas interestadualmente.

Tainha

A tainha, Mugil brasiliensis, ocorre nas águas do Atlântico, na costa da Europa, África e América. No Brasil, aparece na costa Norte, Nordeste e Sul, constituindo os peixes mais abundantes dentro dos viveiros construídos nos estuários, bem como nos tanques das salinas.

Apresenta tamanho comercial que oscila entre 60 a 80 cm, podendo alcançar 1 metro de comprimento.

Esta espécie, cria-se em água doce, fazendo uma parada em águas salobras das desembocaduras dos rios e, posteriormente, vai para o mar.

Alimenta-se de substâncias orgânicas depositadas na areia ou no lodo do mar, crustáceos, moluscos e pequenos peixes, sendo utilizadas para a sua captura redes de arrasto e de espera.

Os Estados que apresentaram maiores produções, em 1971, foram Rio Grande do Sul com 8.017 toneladas, Santa Catarina com 3931 toneladas, Maranhão com 3886 toneladas e

o Estado do Pará com 3.426. O total capturado nesse mesmo ano foi da ordem de 23.908 toneladas.

A tainha, é consumida pelo mercado interno , "in natura" podendo, também, apresentar-se sob forma de conservas.

Enchovas

A enchova, Pomatomus saltatrix, vive nas águas quentes e temperadas de todos os mares, exceto no Pacífico. NO Brasil, esta espécie ocorre desde a costa do Pará até a do Rio Grande do Sul, sendo mais abundante na de Santa Catarina.

As espécies adultas preferem águas de salinidade altas e as jovens, águas salobras. Seu tamanho comercial oscila entre 50 e 70 cm e algumas espécies chegam a alcançar 1,30 m de comprimento.

A enchova, basicamente, alimenta-se de sardinhas, savelhas, outros peixes pequenos desse grupo e crustáceos. Sendo sua captura feita através de arrastão de praia , linha de mão ou cerco.

Em 1971, a produção de enchovas alcançou 27.752 toneladas. O Estado do Rio Grande do Sul, com 12.667 t, apresentou a maior captura, seguido dos Estados de Santa Catarina (10.476 toneladas) e Guanabara (3.356 toneladas).

Este pescado é totalmente consumido pelo mercado interno sob forma de filés ou mesmo comprado "in natura".

Corvina

A corvina, Micropogon furnieri, é espécie abundante na costa das Grandes Antilhas, do Brasil e da Argentina. Em águas brasileiras, ela ocorre, principalmente, no

litoral Sul, entre São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo espécie demersal, que habita águas pouco profundas, podendo transferir-se da água do mar para a água doce ou vice-versa. Sua captura, é grande em fundos de areia lodosa e lodo. O tamanho comercial dessa espécie varia entre 50 a 70 cm, alcançando, até mesmo, 80 cm de comprimento, restringindo-se seus hábitos alimentares a vermes, pequenos peixes e camarões. Sua captura é realizada através de redes de arrasto, nos fundos de lama próximos ao litoral.

A produção brasileira de corvina, em 1971, atingiu 49.243 toneladas. Os Estados que apresentaram maior captura, neste mesmo ano, foram Rio Grande do Sul (30.590 toneladas) Guanabara (5.861 toneladas) e São Paulo (4.484 toneladas).

O consumo é feito, basicamente, por espécies "in natura".

Linguado

O linguado, Paralichthys, ocorre no Atlântico Ocidental e Mar del Plata, na Argentina. No Brasil, pode ser capturado desde a Bahia até o Rio Grande do Sul, o que é feito através de redes de arrasto.

Esta espécie apresenta tamanho comercial variando entre 60 e 80 cm, com tamanho máximo de 1 metro de comprimento, alimentando-se de sardinha-lage (cascuda), pequenos peixes e crustáceos.

O linguado apresentou uma captura intensa, em 1971, unicamente no Estado do Rio Grande do Sul que produziu 4.732 toneladas, enquanto que a produção nacional, no mesmo ano, foi de 5.508 toneladas.

Basicamente, este pescado é consumido "in natura" pelo mercado gaúcho, ou sob forma de filês, visando a exportação para fora do Estado.

CRUSTÁCEOS : A produção total de crustáceos alcançou 55.564 toneladas no ano de 1 967, com resultados crescentes ao longo do período de 1 971, atingindo 76.693 toneladas. Os anos de 1 969 e 1 970 foram mais significativos para a região Nordeste que atingiu um percentual de 41,21% e 41,69% respectivamente, de participação relativa na produção total.

Na região Norte os anos de 1 968 e 1 969 apresentaram um percentual de 12,38 e 12,61 respectivamente.

No Sudeste a produção atingiu em 1 969 um percentual de 18,50% da produção total de crustáceos do país.

A região Sul teve nos anos de 1 967 e 1 968, seu maior percentual, 35,75 e 41,21 respectivamente, nos demais anos do período variou em torno de 27,29% e 27,57%.

A região Nordeste tem apresentado uma liderança incontestada entre os crustáceos, mercê da relevância de sua produção de camarões e lagostas, estando ali localizados os mais importantes recursos camaroneiros e lagosteiros do hemisfério ocidental.

Camarões

Das 10 espécies de camarão que apresentam valor comercial no Brasil, relacionou-se as seguintes que ocorrem na costa brasileira, apresentando exploração intensa.

- a - *Penaeus schmitti*
- b - *Penaeus duorarum notialis*
- c - *Penaeus brasiliensis*
- d - *Penaeus aztecus subtilis*

A primeira é denominada comercialmente de "camarão branco" e "camarão rosa" serve de designação para as três últimas espécies. Apresentam-se distribuídas ao longo da costa das Américas Central e do Sul. Ocorrem no Brasil, em distintas áreas de exploração.

As espécies Penaeus schmitti e Penaeus aztecus subtilis ocorrem no Norte e Nordeste e as restantes aparecem nas costas Nordeste, Sudeste e Sul.

Apresentam tamanho comercial variando de 10 a 17 cm chegando a alcançar 23 cm.

Se alimentam basicamente de moluscos, matéria decomposta e algas.

O camarão, geralmente, vive no fundo sendo considerado animal bentônico. Logo, o método principal para capturá-lo está baseado em arrastos de fundo. Dependendo das características da área de pesca, nas diferentes regiões, foram criados aparelhos específicos que sofreram modificações ao longo do tempo em que foram usados.

A pesca brasileira de camarão ocupa o oitavo lugar nas capturas mundiais. Estatísticas da FAO (1971), mostram que a produção de camarão atingiu, em 1971, 36.392 toneladas.

As maiores capturas, em 1971, foram registradas nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Maranhão respectivamente, sendo o principal mercado absorvente deste produto, o externo, que importa esta espécie congelada, seca, salgada, ou em salmoura.

A produtividade biológica não é ilimitada e a medida que transcorre o tempo surgem inúmeros problemas principalmente o da necessidade de conservação de maneira que sua captura se faça de forma mais racional, uma vez que a pesca é cada vez mais intensa e é efetuada próximo da costa, dentro de baías e enseadas a pequenas profundidades.

Nos últimos anos se está pescando cada vez mais intensamente nas mesmas áreas, levando a depredação ou

esgotamento da espécie, o que pode acarretar a ruína a inúmeras localidades cuja economia depende quase que exclusivamente desses recursos.

A costa que vai do Estado do Maranhão até o Amapá é não apenas a mais rica do Brasil em camarões, mas a mais rica do mundo, tendo 11 milhões de quilos exportáveis anualmente, sem comprometer os estoques existentes, isto é, sem deflação dos cardumes, segundo dados oficiais.

Lagostas

A lagosta é encontrada nos mares tropicais e subtropicais de todo o mundo. Espécies de valor comercial são exploradas na África do Sul, Austrália, Califórnia, Hawaí, Japão, Antilhas, Flórida, Brasil.

Panulirus argus é a lagosta comumente encontrada nas costas americanas do Oceano Atlântico. Ocorre desde a Carolina do Norte e Bermudas até São Paulo. No Brasil estão bem caracterizadas, no Nordeste, duas áreas de pesca da lagosta.

- Nordeste Ocidental: abrangendo desde a foz do Rio Parnaíba até o Cabo de São Roque;

- Nordeste Oriental : do Cabo de São Roque até a foz do Rio São Francisco.

As lagostas são encontradas em fundos rochosos com abundância de moluscos e em águas limpas com vegetação. Apresentam tamanho comercial variando entre 22 e 23 cm e tamanho máximo de 40 cm. A alimentação é variada havendo preferência por animais mortos, moluscos, anelídeos, algas e peixes.

No Brasil a exploração lagosteira é feita através de covos e restringe-se praticamente à região nordestina, cuja produção concentra-se em Fortaleza, Natal e Recife, por cujos portos é, exportada.

As lagostas são vendidas, geralmente, nas seguintes formas:

- a) vivas
- b) cozidas refrigeradas
- c) cozidas congeladas
- d) caudas congeladas
- e) congeladas cruas
- f) carne de lagosta enlatada

O mercado externo se detém na importação de lagosta cozida inteira congelada (Argentina), inteira congelada (França), cauda congelada (Estados Unidos).

Em 1971 a produção de lagostas alcançou 11006 toneladas, destacando-se os Estados do Ceará (7.383 toneladas) e Pernambuco (2.842 toneladas) como principais produtores.

Nos últimos anos, tem-se verificado um decréscimo de produção motivada principalmente pelo exagerado esforço de pesca, captura efetuada em período de intensa desova, captura de exemplares jovens e poluição da área de pesca, com o lançamento de resíduos e abandono dos artefatos inservíveis.

Para a recuperação dos níveis de produtividade serão necessárias as seguintes providências:

a) proibição da pesca de lagostas em período de intensa desova, devendo os prazos de proibição anual ser acrescidos de um (1) mês - iniciando-se com trinta (30) dias em 1975 - em cada ano subsequente, até atingir o máximo de quatro (4) meses por ano, a partir de 1978;

b) limitação da frota de lagosteiros ao nível das necessidades reais da captura;

c) intensificação da fiscalização, inclusive e fetuando-a no mar;

d) estimular a pesquisa aplicada, visando a resultados técnico-econômicos;

e) estabelecer quotas anuais de captura para a área e distribuí-la entre os armadores registrados.

MOLUSCOS : De participação relativa modesta na produção global de pescado, tem na Região Nordeste a sua maior expressão, responsável que é por 31% da produção nacional, tendo atingido em 1969, 59,34%.

Dentre eles, destaca-se o "sururu", como a espécie de maior importância econômica na região Nordeste (alcançando grande volume de produção no Estado de Alagoas, onde se encontra uma das mais importantes reservas naturais conhecidas desta espécie.

O sururu, Mytella falcata, tem como habitat natural as lagunas costeiras, fixando-se nas margens e bancos mais rasos, em substratos compostos por fragmentos de conchas de moluscos, carapaças de crustáceos e argila siltica que sofreu processo de floculação, havendo também a inclusão de areia quartzosa.

A pesca incide sobre indivíduos com até 4 cm de comprimento, cuja exploração comercial pode ser realizada a partir dos quatro meses de idade, quando já alcançaram a primeira maturação sexual. A produção está condicionada à entrada de água doce nas lagunas, atingindo seu maior volume nos meses de estiagem (dezembro a março), decrescendo, em seguida, em consequência das chuvas, que afetam o processo de fixação. A captura é feita pelo sistema de coleta manual, em pequenas canoas.

O sururu é um importante recurso pesqueiro, principalmente para o Estado de Alagoas, estando apto a suportar uma exploração de caráter industrial e a fornecer excelente matéria prima para a fabricação de conservas de alto valor comercial.

Com base nas conclusões obtidas por Pereira-Barros (1969), sobre a exploração do Sururu na Lagoa Mundaú (Estado de Alagoas), é possível triplicar a produção destes

moluscos na região Nordeste do Brasil, desde que se faça a introdução de substratos artificiais nos fundos lagunares, além de cultivos por estanqueamento e/ou cordas suspensas.

Dentro destas hipóteses, tendo-se em vista a produção regional do sururu no ano de 1965, poderemos atingir 7.500 toneladas em 1975, alcançando-se 15.000 toneladas em 1980, como metas para todo Nordeste Brasileiro.

MAMÍFEROS : O maior percentual de produção de mamíferos cabe à Região Nordeste, que em 1967, foi a responsável por 98,72, e em 1971, chegou quase a 150% na produção total do país. Ressalte-se que os mamíferos no Estado da Paraíba, contribuem com mais da metade da captura. As demais regiões, apresentam participação insignificante, com a região Norte variando de 0,71% a 0,65% e a Sul de 0,59% a 0,18%.

Dentre eles, destaca-se a baleia que é um dos recursos oceânicos, conhecidos e explorados industrialmente no Nordeste, possuindo sua base terrestre, em Cabedelo na Paraíba.

As baleias habitam águas Antárticas, delas se ausentando durante o inverno, quando migram para águas Sub-tropicais, com objetivos de reprodução. No Brasil são encontradas, mais frequentemente, ao largo da costa Nordeste, Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, consistindo sua alimentação em camarões, peixes pequenos, como a sardinha e algas.

A caça das baleias é uma atividade estacional, desenvolvida no período de junho-novembro, sendo os abates realizados em águas oceânicas, por modernos baleeiros, utilizando-se como arma, o canhão-arpão.

A produção brasileira de baleia, em 1971, alcançou 9.750 toneladas, sendo aproveitada "in natura" na própria região e exportada para outros estados sob a forma de charque.

ALGAS : Dentre outros recursos pesqueiros, de alguma expressão destacou-se as algas que são plantas marinhas que possuem um alto conteúdo de iodo e grandes quantidades de algina. É, também, considerada como uma das maiores reservas de sais minerais e vitaminas, quando aproveitadas industrialmente.

Essas plantas são originárias das águas frias oceânicas do Norte do Japão, noroeste da Coréia e Sibéria, vivendo, no entanto, em quase todos os oceanos.

Em águas brasileiras, constatou-se a abundância, com excelente qualidade e variedade, de algas ao longo do litoral nordestino, ocorrendo as maiores incidências na Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte (Campos da Vitória).

As algas extraem os sais do meio líquido em que vivem, onde eles se encontram dissolvidos. Além disso elas retêm o carbono e expõem o oxigênio, tornando a água do mar na região em que vivem, altamente oxigenada.

Atualmente, essas plantas já se encontram em fase de industrialização, principalmente, no Nordeste brasileiro, tendo em vista a obtenção dos produtos delas derivados, como o Agar-Agar, Algina e Carragemina, com largo uso nas indústrias farmacêuticas e alimentícias.

PRODUÇÃO DA REGIÃO NORTE DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES

(em toneladas)

A N O S	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	MAMÍFEROS	OUTROS	TOTAL
1.967	43.910	6.432	1.226	48	51.833
1.968	58.545	8.762	796	61	68.332
1.969	60.303	8.878	820	67	70.252
1.970	47.373	4.754	1.185	54	53.778
1.971	51.274	5.240	1.208	63	58.020

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA ESPÉCIE NA PRODUÇÃO
NACIONAL DAS MESMAS

N O R T E

ANOS	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	MAMÍFEROS	OUTROS
1967	12,14 %	11,58 %	26,10 %	0,71 %	...
1968	14,13 %	12,38 %	16,67 %	0,72 %	...
1969	14,41 %	12,61 %	27,17 %	0,88 %	...
1970	10,55 %	7,43 %	33,43 %	0,67 %	...
1971	10,27 %	6,84 %	27,05 %	0,65 %	...

PRODUÇÃO DA REGIÃO NORDESTE DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES

(em toneladas)

ANOS	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	MAMÍFEROS	OUTROS	TOTAL
1.967	88.209	20.974	2.234	6.756	230	118.407
1.968	85.633	21.022	2.288	8.385	340	117.672
1.969	91.238	29.007	1.640	7.540	310	129.747
1.970	96.940	26.699	1.424	8.020	-	133.095
1.971	91.625	36.979	1.388	9.750	20	139.597

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA ESPÉCIE NA PRODUÇÃO

NACIONAL DAS MESMAS

NORDESTE

<u>ANO</u>	<u>PEIXES</u>	<u>CRUSTÁCEOS</u>	<u>MOLUSCOS</u>	<u>MAMÍFEROS</u>	<u>OUTROS</u>
1967	24,39 %	37,75 %	47,56 %	98,72 %	66,10 %
1968	20,66 %	29,69 %	47,92 %	99,11 %	21,65 %
1969	21,80 %	41,21 %	54,34 %	99,12 %	22,45 %
1970	21,58 %	41,69 %	40,17 %	99,34 %	...
1971	18,36 %	48,22 %	31,08 %	99,36 %	1,98 %

PRODUÇÃO DA REGIÃO SUDESTE DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES

(em toneladas)

A N O S	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	MAMÍFEROS	OUTROS	TOTAL
1.967	80.482	8.300	572	89.412
1.968	96.550	11.848	1.278	...	937	110.676
1.969	149.037	13.023	401	...	1.071	163.584
1.970	141.055	11.827	557	...	834	154.321
1.971	175.152	13.514	500	...	990	190.184

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA ESPÉCIE NA PRODUÇÃO

NACIONAL DAS MESMAS

S U D E S T E

<u>ANO</u>	<u>PEIXES</u>	<u>CRUSTÁCEOS</u>	<u>MOLUSCOS</u>	<u>MAMÍFEROS</u>	<u>OUTROS</u>
1967	22,26 %	14,94 %	12,18 %
1968	23,30 %	16,74 %	26,77 %	...	59,65 %
1969	35,61 %	18,50 %	13,29 %	...	77,56 %
1970	31,40 %	18,47 %	15,72 %	...	
1971	35,08 %	17,62 %	11,20 %	...	98,02 %

PRODUÇÃO DA REGIÃO SUL DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES

(em toneladas)

ANO	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	MAMÍFEROS	OUTROS	TOTAL
1967	147.006	19.858	666	40	118	167.689
1968	171.574	29.182	413	15	294	201.480
1969	115.950	19.492	157	...	0	135.601
1970	161.667	20.764	379	182.811
1971	179.383	21.142	1.370	201.895

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA ESPÉCIE NA PRODUÇÃO

NACIONAL DAS MESMAS

S U L

ANO	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	MAMÍFEROS	OUTROS
1967	40,65 %	35,74 %	14,18 %	0,59 %	33,91 %
1968	41,39 %	41,21 %	8,65 %	0,18 %	18,72 %
1969	27,71 %	27,29 %	5,21 %
1970	35,98 %	32,43 %	10,70 %
1971	35,93 %	27,57 %	30,68 %

PRODUÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES

(em toneladas)

A N O S	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	MANÍFEROS	OUTROS	TOTAL
1.967	2.081	2.081
1.968	2.227	2.227
1969	2.013	2.013
1.970	2.287	2.287
1.971	1.847	1.847

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA ESPÉCIE NA PRODUÇÃONACIONAL DAS MESMASCENTRO - OESTE

ANO	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	MAMÍFEROS	OUTROS
1967	0,58 %
1968	0,54 %
1969	0,48 %
1970	0,51 %
1971	0,37 %

5. Nível Tecnológico

Em todas as regiões coexistem dois sistemas distintos de produção, de acordo com o nível tecnológico. (8)

"Artesanal: ao largo de toda a costa e em águas interiores, variando desde a simples atividade de subsistência, praticada com a tecnologia mais rudimentar, até aquela em que a produção já sofre processos de comercialização, organizados em cooperativas, em colônias de pescadores, ou ainda, sob a liderança de pequenos proprietários ou armadores de embarcações, estas apresentando melhores características pesqueiras e operando com aparelhagem mais moderna.

Industrial: caracterizada pela concentração de investimentos em instalações terrestres, operando com embarcações de maior porte (de modo geral acima de 20 toneladas) e a utilização de aparelhagem e métodos de pesca modernos e seleção de espécies para as capturas".

PESCA ARTESANAL : Com o desenvolvimento geral do País e o específico do setor, verifica-se tendência de redução relativa da contribuição da pesca artesanal no contexto. Comprova-se a própria composição da frota pesqueira nacional, cujos dados referentes ao período 1 960/1 968 estão apresentados em Quadro anexo.

Das 121.271 embarcações registradas em 1960, 95.127 eram movidas a remo (78%) e 22.968 a vela (19%), restando apenas 3.176, ou 3% a motor.

De então até 1 968, registrou-se um decréscimo de 69% nos barcos a remo e de 9% nos movidos a vela, ao passo que aqueles a motor cresciam 56%. Nesse ano então, para 54.695 unidades registradas, 4.953 (ou 9%) já eram propulsionadas a motor, contra 53% a remo e 38% a vela. Embora os dados devam ser encarados com certa reserva, pois registrou-se uma queda anormal de 1 965 para 1 966, os barcos a remo, em 1 968, eram 66 mil a menos que em 1 960.

Em consequência disso, a capacidade estática de carga do conjunto da frota experimentou uma redução de 30% relativamente a 1960.

A divisão entre pesca industrial e artesanal não obedece a limites muito vivos. Assim, se é clara a distinção entre um empresário industrial e o pescador a remo, a vela ou dono de pequenas embarcações a motor, há pescadores incluídos na categoria artesanal cujas características se aproximam muito mais do empresário que do artesão. É o caso do chamado "Armador Artesanal".

Aqui se conceitua então, como artesanal, a pesca que não é feita por sociedades de capital, e como pescadores artesanais, como consequência, aqueles que não são sócios ou empregados de tais empresas. O pescador artesanal vive normalmente em Colônias, ainda que a elas não se filie, como parece mandar a Lei. Está se verificando, hoje, uma tendência a se organizarem também em Cooperativas.⁽⁹⁾

À primeira vista, o desenvolvimento do setor industrial da pesca, teria de levar ao desaparecimento do artesão, progressivamente marginalizado como fruto de crescente desvantagem, na concorrência comercial, gerada pelo descompasso entre suas limitações sócio-econômicas e o avanço tecnológico. Estudiosos do assunto, no entanto, embora admitam a perda natural de significação econômica relativa ao subsector artesanal, apontam razões de ordem biológica, tecnológica e até legal, delas derivadas, que demonstram a inelutabilidade da persistência de uma ampla faixa artesanal, por mais desenvolvido que se torne o compartimento industrial. Isto sem considerar o próprio avanço do pescador artesanal e a posição de concorrência que também pode alcançar, organizando-se.

(9) - De acordo com o Artigo 52 do Estatuto para Colônia de Pescadores publicada no D.O. de 02.01.74, os pescadores profissionais a que se refere o artigo 1º do mesmo, "na forma da legislação vigente, são obrigatoriamente associados da Colônia de Pescadores em cuja zona residam ou em que habitualmente estacionem as suas embarcações.

É importante ressaltar que a atividade do pescador artesanal é complementar à indústria e ao mesmo tempo auxiliar, pois efetua um tipo de captura próximo à costa, onde a pesca industrial só poderia operar com prejuízos.

Também, a pesca artesanal é efetuada com pequenas embarcações e aparelhos, exercida sobre pequenos cardumes, não oferecendo condições para utilização dos grandes aparelhos e embarcações da frota industrial.

É portanto, perfeitamente definido, que as duas atividades são complementares e subsistirão através do tempo, ambas se modernizando.

Não existem estatísticas publicadas que permitam identificar rigorosamente os aspectos econômicos fundamentais da pesca artesanal. Entretanto, algumas indicações aproximadas podem ser inferidas da análise dos dados regularmente oferecidos pelo IBGE.

Além da tendência de motorização dos barcos de pesca e a drástica redução das embarcações a remo, instrumento típico do pescador artesanal, outro elemento de referência são os dados relativos à origem da produção pesqueira.

Adotando-se o critério de considerar a produção artesanal como a das Colônias (embora deva esta ser menor que aquela), pode-se entrever a tendência dos dois grandes subsetores ao longo do decênio 1 960/1 970, registrada em quadro anexo.

Na pesca marítima, o volume físico da produção artesanal caiu de 84 para 66% do total, entre os extremos da série, tendo chegado aos 50% em 1 968. Na pesca interior, talvez por desorganização do pescador, ou também, por

deficiência na obtenção de dados estatísticos, a influência do subsetor artesanal é curiosamente menor. Todavia, cresceu de um quarto para um terço a sua participação na produção de água doce.

Tomando-se os totais gerais, as quantidades oriundas das Colônias reduziu-se de 70 para 58% entre 1960 e 1970, com o mínimo de 45% em 1967/1968. Paralelamente observou-se, contudo, uma valorização de seus produtos, de vez que sua participação no valor total da produção pesqueira elevou-se de 40 para 54%, fato que deve ter, como uma das causas, melhoria do nível associativo dos pescadores artesanais, através da criação de cooperativas que comercializam seus produtos em melhores condições de preço.

No que diz respeito aos aspectos sociais da pesca artesanal - população de pescadores e seu aparente grau de associativismo, contava o Brasil, em 1968, com 312 mil pescadores profissionais. Em 1960 eles eram 240 mil e o crescimento no octênio foi de 30%.

Do efetivo de 1968, apenas 94.410 eram matriculados em Colônias, representando 30,3% do total.

No período analisado, enquanto a população de pescadores crescia 30%, os Colonizados aumentavam somente 19% o que revela tendência de fuga a essa forma de organização, embora legalmente compulsória. Paralelamente, o número de Colônias passou de 206 para 242 (17,5% a mais), com a média de pescadores matriculados variando ao redor de 1.300 por agrupamento.

Vale assinalar que, do último contingente (1968) de pescadores registrados, 169 mil (54%) localizavam-se na região Nordeste, 55 mil (18%) no Norte, 54 mil (17%) no Sudeste, 32 mil (10%) no Sul e 2 mil (1%) no Centro-Oeste.

Quanto ao associativismo cooperativista, da maior importância para o pescador artesanal, não se conta com um levantamento atualizado, seja das entidades existentes ou do número de pescadores associados. Em janeiro de 1971, segundo o INCRA, havia 45 cooperativas adaptadas ao Decreto-lei nº 59, de 21.11.66, sendo 9 do Norte, 14 do Nordeste, 17 do Sudeste e 5 no Sul.

FROTA PESQUEIRA DO BRASIL

EMBARCAÇÕES REGISTRADAS SEGUNDO O TIPO E CAPACIDADE DE CARGA

1.960 / 1.968

A N O	Nº DE EMBARCAÇÕES REGISTRADAS				ÍNDICES : 1960 = 100				CAPACIDADE CARGA	
	REMO	VELA	MOTOR	TOTAL	REMO	VELA	MOTOR	SOMA	T	ÍNDICE 1960=100
1960	95127	22968	3176	121271	100	100	100	100	99458	100
1961	91953	24082	3360	119395	98	105	106	98	105552	106
1962	103345	24783	3673	131801	109	108	116	109	107753	108
1963	106568	28863	4034	139465	112	126	127	115	125927	127
1964	109535	26020	4239	139794	115	113	133	115	138753	139
1965	114106	27985	4554	146645	120	122	143	121	158728	159
1966	2 6769	19523	2778	49070	28	85	87	40	65914	66
1967	28353	19252	4086	51691	30	84	129	43	63893	64
1968	29120	20982	4953	54695	31	91	156	45	69613	70

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE PESCADO DE MAR E DE ÁGUA DOCE, DISCRIMINANDO-SE A PARTICIPAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DE PESCADORES (COLÔNIA)

1960 - 1970

ANOS	VALOR EM CR\$ 1 000								
	DE MAR			DE ÁGUA DOCE			TOTAL		
	TOTAL	COLÔNIAS	%	TOTAL	COLÔNIAS	%	TOTAL	COLÔNIAS	%
1960	6394	2825	44,2	1562	432	27,6	8100	3257	40,2
1961	9331	4321	46,3	2363	540	22,8	12031	4861	40,4
1962	18397	10623	57,7	4153	1171	28,2	23240	12206	52,5
1963	31233	16094	51,5	8241	2029	24,6	39842	18284	45,9
1964	47959	21751	45,3	14680	3844	26,2	62875	25797	41,0
1965	86743	44482	51,2	26440	5568	21,1	113634	50407	44,4
1966	131046	60294	46,0	25543	6176	24,1	160915	66470	41,3
1967	169191	71058	42,0	43622	9421	21,6	213246	80479	37,7
1968	234556	93366	39,8	66194	21260	32,1	302829	114626	37,8
1969	335514	179024	53,3	84424	26452	31,3	421475	205476	48,7
1970	401577	239298	59,5	96033	31310	32,6	498611	270608	54,2

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE PESCADO DE MAR E DE ÁGUA DOCE, DISCRIMINANDO-SE A PARTICIPAÇÃO

ABSOLUTA E RELATIVA DE PESCADORES (COLÔNIAS)

1960 - 1970

A N O	Q U A N T I D A D E E M 1 0 0 0 T O N E L A D A S								
	D E M A R			D E Á G U A D O C E			T O T A L		
	TOTAL	COLÔNIAS	%	TOTAL	COLÔNIAS	%	GERAL	COLÔNIAS	%
1960	220	184	83,6	54	13	24,1	281	197	70,1
1961	263	169	64,2	60	13	21,6	330	182	55,1
1962	337	214	63,5	66	18	27,2	414	232	56,0
1963	339	209	61,6	78	21	26,9	421	230	54,6
1964	282	151	53,5	95	32	33,7	377	137	36,4
1965	327	183	55,9	94	22	23,4	422	206	48,8
1966	351	205	58,4	84	20	23,8	435	225	51,7
1967	340	172	50,5	88	20	22,7	429	192	44,7
1968	391	195	49,8	107	34	31,7	500	229	45,8
1969	387	222	57,3	112	38	33,9	501	260	51,9
1970	421	225	65,3	103	32	31,1	526	307	58,3

POPULAÇÃO BRASILEIRA DE PESCADORES PROFISSIONAIS REGISTRADOS, SEGUNDO O GRAU DE ORGANIZAÇÃO E CATEGORIA ETÁRIA

1.960 / 68

ANOS	NÚMERO DE COLÔNIAS	NÚMERO DE PESCADORES PROFISSIONAIS					MÉDIA POR COLÔNIA	ÍNDICES : 1960 = 100		
		TOTAL	COLONIZADOS	NÃO COLONIZADOS	MENORES 18 anos	18 ANOS E MAIS		TOTAL	COLONIZADOS	18 anos E MAIS
1960	206	239761	74509	160252	31896	207865	1163	100	100	100
1961	210	256008	86280	170936	35675	220333	1219	106	108	112
1962	211	257130	83634	173496	34171	222959	1218	107	105	107
1963	205	271460	83917	107543	37946	233514	1324	113	105	119
1964	202	277381	82808	194573	37658	239723	1373	116	104	119
1965	210	288466	87882	200584	39479	248987	1374	120	110	124
1966	228	307846	93612	214234	42045	265801	1350	128	118	132
1967	230	315636	93597	222039	43156	272480	1372	132	118	135
1968	242	311824	94410	217414	42590	269234	1288	130	119	134

PESCA INDUSTRIAL : A distribuição de frota pesqueira industrial em 31 de dezembro de 1973, por tipo de barco e por Estado, foi a seguinte, considerando somente os barcos acima de 20 toneladas:

Estados	Arras- teiros	Trai- nei- ras	Combi- nados	Linhei- ros	Lagos- tei- ros	Bale- eiros	Total
Pará	69	3	-	1	-	-	73
Ceará	-	-	-	6	75	-	81
Paraíba	-	-	-	-	-	1	1
Pernambuco	-	-	-	6	3	-	9
Esp. Santo	4	-	-	7	-	-	11
Rio de Janeiro	12	17	-	2	-	-	31
Guanabara	58	29	5	26	-	-	118
São Paulo	225	19	-	2	-	-	246
Sta. Catarina	86	32	24	-	-	-	142
Rio Grande do Sul	22	-	-	-	-	-	22
TOTAL	476	100	29	50	78	1	734

Fonte: Registro Geral da Pesca - SUDEPE.

Embora a maior parte dessa frota esteja localizada na região Sul (isto é, entre Cabo Frio e a fronteira Uruguia) a importância da região Norte está crescendo. Só no ano de 1973 a frota baseada em Belém aumentou de 28 para 73 barcos.

Desde a introdução da política de incentivos fiscais à indústria da pesca em 1967, a frota pesqueira industrial tem crescido de forma expressiva. O "Inventário Básico da Pesca Brasileira", publicado pela SUDEPE em novembro de 1966, fornece o seguinte quadro dos barcos acima de 20 toneladas brutas para aquele período:

Estados	Ar- ras- tei- ros	Trai- nei- ras	Com- bina- dos	Li- nhei- ros	La- gos- tei- ros	Ba- leei- ros	Total
Pará (*)	1	4	1	-	-	-	6
Maranhão	1	-	-	-	-	-	1
Ceará	-	-	-	14	9	-	23
Paraíba	-	-	-	-	-	1	1
Pernambuco	-	-	1	19	-	-	20
Rio de Janeiro	-	8	1	-	-	-	9
Guanabara	34	6	-	19	-	-	59
São Paulo	41	5	6	-	-	-	52
Sta.Catarina	-	9	-	-	-	-	9
Rio Grande do Sul	4	-	-	-	-	-	4
TOTAL	81	32	9	52	9	1	184

(*) OBSERVAÇÃO : Duas embarcações transportadoras não estão inclu-
ídas.

Após uma comparação dos dois quadros, pode-se
tirar as seguintes conclusões:

a) a frota foi aumentada em 550 barcos, isto é,
houve um aumento de 300% em relação ao número existente em 1966;

b) a frota mais numerosa está baseada em São
Paulo e o Estado da Guanabara, que tinha o maior número de barcos
em 1966, ocupa agora o terceiro lugar;

c) houve um aumento significativo no número de
arrasteiros e um acréscimo proporcionalmente grande no número de
lagosteiros;

d) houve um decréscimo no número de linheiros,
particularmente no Estado de Pernambuco;

e) embora, nos dois quadros, a maior parte da
frota esteja localizada nos estados do Sul e do Sudeste, a percen-
tagem baseada no Norte e Nordeste caiu de 27,7 para 22,3.

Outros pontos a considerar, após uma análise
mais detalhada, seriam os seguintes:

a) idade da frota - uma análise das embarcações registradas até 31 de agosto de 1973 mostrou que 459 barcos foram construídos nos anos de 1967/1973. Outros 138, porém, foram construídos antes de 1959. São, portanto, obsoletos e devem ser substituídos dentro de pouco tempo. Mais significativamente, a maior parte desses barcos está baseada nos Estados da Guanabara e São Paulo e constitui uma parte importante da frota de traineiras, linheiros e arrasteiros;

b) embora seja impossível verificar, nos dados do Registro Geral da Pesca, o número exato de camaroneiros, pois estes foram incluídos no total dos arrasteiros, sabe-se que essa parte da frota tem aumentado mais do que qualquer outra e, provavelmente, vem encontrando maiores problemas operacionais;

c) a frota de lagosteiros do Estado do Ceará tem aumentado bastante existindo no entanto, dúvidas acerca da capacidade dos estoques para suportar o esforço de pesca atual;

d) a frota baseada em Belém do Pará aumentou muito no período 1967/1973 e continua a crescer. Os barcos industriais pescam camarão e piramutaba, que são exportados para os Estados Unidos e outros países. Para a pesca de piramutaba, que é feita, normalmente, por duas embarcações trabalhando em parilha, estão sendo utilizados barcos que encontraram dificuldades operacionais no sul do país;

e) embora tenham sido construídas algumas traineiras novas, com equipamento moderno (nem sempre bem sucedidas, porém) a frota desses barcos é, em geral, composta de embarcações que de muito já ultrapassaram a vida útil média de uma traineira. Muitas não chegam a 20 toneladas brutas. Em consequência, não estão incluídas no quadro do Registro Geral da Pesca, e o total de 100 traineiras não indica, realmente, o número de barcos que pescam sardinha, cavalinha e outras espécies pelágicas.

f) muitos camaroneiros de alto custo, construídos para operar, a partir dos portos de São Paulo e Santa Catarina, encontram dificuldades, pois a produção de camarão não foi

suficiente para uma operação lucrativa. Alguns já se deslocaram para Belém e outros foram transformados em traineiras para a pesca da sardinha.

g) embora haja um grande parque industrial em Rio Grande para beneficiamento de pescado, a matéria prima era, tradicionalmente, fornecida por barcos procedentes de outros Estados. Essa situação não sofreu grande alteração no período: em 1966, quatro barcos foram registrados em Rio Grande e em 1973 o total chegou a 22. Ainda assim, muitos barcos de outros Estados desembarcam regularmente nesse porto.

h) no Estado de Pernambuco o número de barcos em operação sofreu significativo decréscimo no período. Em 1966 uma frota de linheiros japoneses efetuou a pesca do atum, mas a maioria desses barcos não se encontra, atualmente, no país.

No que se refere à construção de barcos de pesca, até 1967 os estaleiros do Brasil não estavam equipados para a construção de modernas embarcações de pesca. Sua experiência limitava-se, quase que totalmente, à construção de barcos de madeira. Por isso, as empresas pesqueiras apresentaram uma tendência para a importação de barcos estrangeiros, nem sempre bem adaptados às condições brasileiras. Para proteger a indústria nacional, foi celebrado um convênio entre a SUDEPE e o Sindicato de Construção Naval do Rio de Janeiro que, em linhas gerais, obrigava o armador de pesca brasileira a construir 3 barcos em estaleiros nacionais para cada unidade importada.

Sem dúvida, a indústria de construção naval tem-se desenvolvido bastante, graças a esse apoio e estímulo. Alguns estaleiros têm contratos ou convênios com empresas estrangeiras e estão construindo barcos sob licença, utilizando desenhos e "Know-how" importados. O quadro apresentado a seguir, mostra a situação nos últimos sete anos, indicando as novas embarcações construídas no país e as importadas.

BARCOS REGISTRADOS NO REGISTRO GERAL DA PESCA EM 31.12.73

ANO DE CONSTRUÇÃO	TOTAL CONSTRUÍDO	NACIONAL	PERCENTAGEM	ESTRANGEIRO	PERCENTAGEM
1 967	37	28	76	9	24
1 968	48	34	71	14	29
1 969	71	54	76	17	24
1 970	125	96	77	29	23
1 971	97	77	79	20	21
1 972	77	67	87	10	13
1 973	37	37	100	-	0
TOTAL	492	393	80	99	20

FONTE : Registro Geral da Pesca - SUDEPE

Métodos e Equipamentos de Pesca

Em geral, os barcos de pesca brasileiros não são bem equipados, embora, naturalmente, haja exceções. Não existem informações completas, mas um levantamento feito em 1 972 no Estado de Santa Catarina mostrou que, embora a maioria dos barcos acima de 20 toneladas brutas estivesse equipada com ecosonda, rádio e guincho, poucos foram os outros equipamentos instalados. Pior do que isso, o levantamento mostrou que, mesmo quando instalados, os aparelhos não eram operados de forma satisfatória e houve casos em que foram propositadamente danificados pela tripulação.

Sem dúvida, a mais moderna parte da frota é a formada pelos camaroneiros. Muitos desses barcos foram importados do México ou dos Estados Unidos e os estaleiros nacionais também utilizaram plantas e desenhos importados. Embora construídos,

em sua maioria, para os Estados de Santa Catarina e São Paulo, um número significativo transferiu-se para Belém do Pará, devido aos problemas anteriormente mencionados.

Foram construídos arrasteiros modernos, incluindo alguns de popa, para a pesca de espécies demersais nas águas do sul do país; em geral, porém, essa parte da frota não tem tido grande desenvolvimento. Mesmo os barcos modernos não podem realizar operações de arrasto de meia água pois falta-lhes potência suficiente e capacidade de guincho.

Os barcos mais atrasados são as traineiras e os linheiros. Foram construídas algumas traineiras modernas, equipadas com "power-block", sonar, etc. Porém, de modo geral, não foram muito bem sucedidas. Houve dificuldades com as tripulações, que não se adaptaram aos métodos modernos e, também, deficiências na administração das empresas às quais faltou, muitas vezes, experiência na operação de barcos de pesca.

Os linheiros, que operam da Guanabara e de vários Estados do Nordeste, também continuam a utilizar métodos de pesca ultrapassados. Cada barco leva um número de botes aos pescadores e, durante o dia, os pescadores ficam nesses barcos diminutos, pescando peixe fino com linhas de mão. Sua vida é dura, e, às vezes, perigosa. Até agora, não foi tentado o uso de espinhel de fundo, o que reduziria o trabalho dos pescadores e, também, o número de tripulantes.

O Brasil já fabrica redes e equipamentos para qualquer tipo de pesca. De modo geral, sua qualidade é boa, porém seus preços são elevados em comparação com os dos países vizinhos, o que torna difícil a situação do armador brasileiro.

Problemas encontrados no setor

Embora, no período 1967/1973, houvesse um

crescimento considerável no número de embarcações em operação, foram encontrados vários problemas que prejudicaram sobremaneira o desenvolvimento do setor.

a) Faltou a mão-de-obra, especialmente patrões e motoristas, apoio e preparo técnico e houve carência desses elementos, devidamente preparados, para acompanhar o crescimento da frota nas diversas modalidades de pesca. Algumas empresas contrataram mestres estrangeiros para ajudar no treinamento dos pescadores nacionais, particularmente na operação de modernos camaroneiros. Porém, como já foi mencionado, os pescadores, de modo geral, não se adaptaram bem aos novos métodos de pesca;

b) para assegurar a operação bem sucedida de barcos de pesca é necessário uma administração eficiente em terra. Para que os barcos não permaneçam demasiado tempo no porto, é importante que os armadores preparem, por exemplo, programas adequados de manutenção. Embora algumas empresas demonstrassem possuir uma organização eficiente, muitas outras não preencheram esse requisito.

c) ainda com referência ao item (b), faltou a infraestrutura adequada. Não existiam terminais pesqueiros, dotados de todos os serviços necessários, para dar apoio à frota de novos barcos que foi construída. Assim, uma operação eficiente, dos barcos tornou-se muito difícil, a menos que as empresas tentassem implantar sua própria infraestrutura, como aconteceu no sul do País.

d) pelo menos no início do período, muitos armadores não tinham experiência no setor e construíram barcos desnecessariamente dispendiosos ou inadequados para a pesca que se pretendia realizar. Houve uma tendência a comprar o barco que o estaleiro queria vender. Agora essa situação está melhorando. Portanto, vários barcos, na maioria camaroneiros, estão sendo modificados para outros tipos de pesca e, como resultado, representam um investimento muito alto que torna difícil uma operação lucrativa.

e) vários arrasteiros modernos foram construídos ou encomendados para a pesca de merluza nas costas da Argentina e do Uruguai. Porém, depois da exclusão dos barcos de pesca

brasileiros das águas territoriais argentinas, esses arrasteiros tiveram que restringir suas operações às nossas águas, onde a produtividade não compensa seu alto investimento;

f) em geral, o desenvolvimento sadio da frota foi prejudicado pela falta de pesquisa prévia dos recursos pesqueiros. Assim, foi impossível calcular o número de barcos necessário, ou o tipo mais apropriado, para o aproveitamento correto dos estoques. Infelizmente, na região Sul, a frota de camarões cresceu em demasia e, embora o camarão seja uma espécie com rápidas possibilidades de recuperação, a situação financeira de muitos proprietários de barcos tornou-se difícil. É importante que outras espécies mais sensíveis ao dano permanente, como a lagosta e a sardinha, não sofram o mesmo tratamento.

g) embora a maior parte dos barcos novos tenha sido construída no Brasil, é importante ressaltar que, normalmente, os motores e quase todo o equipamento eletrônico tiveram de ser importados. Geralmente, isso foi feito com isenção dos impostos sobre importações mas, posteriormente, os armadores encontraram dificuldades em obter peças sobressalentes e um serviço de reparos adequado.

h) o elevado preço do combustível para os barcos brasileiros, em comparação com os dos países vizinhos, também prejudica muito a operação econômica da frota. O Decreto nº 70.885 isenta de imposto único sobre o consumo de combustível os barcos que pescam para exportação mas, até agora, essa isenção ainda não entrou em vigor devido a problemas administrativos.

DISTRIBUIÇÃO DA FROTA PESQUEIRA, CONSTITUÍDA DE BARCOS COM MAIS DE 20 TONELADAS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMEROS DE BARCOS			
	1.970	1.971	1.972	1.973
Amazonas	1	1	-	-
Pará	11	22	28	73
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-
Ceará	40	66	57	81
Rio Grande do Norte	-	-	-	-
Paraíba	-	4	1	1
Pernambuco	-	5	9	9
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	-	-	-	-
Minas Gerais	-	-	-	-
Espírito Santo	-	1	3	11
Rio de Janeiro	2	9	19	31
Guanabara	12	81	105	118
São Paulo	37	191	256	246
Paraná	-	-	-	-
Santa Catarina	68	115	148	142
Rio Grande do Sul	10	13	16	22
Mato Grosso	-	-	-	-
Goiás	-	-	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-
T O T A L	241	508	642	734

COMPOSIÇÃO DA FROTA POR TIPO DE EMBARCAÇÃO E

.136

DISTRIBUIÇÃO DE PORTOS

(Embarcações acima de 20 t. brutas)

31.12.1.972 / 31.12.1.973

PORTOS	Arrasteiro		Traineira		Combinados		Linheiro		Lagosteiro		TOTAL	
	1972	1973	1972	1973	1972	1973	1972	1973	1972	1973	1972	1973
Belém	28	89	-	3	-	-	-	1	-	-	28	73
Fortaleza	-	-	-	-	-	-	7	6	50	75	57	81
Cabedelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1 +
Recife	1	-	-	-	-	-	7	6	1	3	9	9
Vitória	-	4	-	-	-	-	3	7	-	-	3	11
Niterói												
Angra	4	12	12	17	-	-	3	2	-	-	19	31
Rio Janeiro	53	58	26	29	2	5	24	26	-	-	105	118
Santos	234	225	46	19	1	-	2	2	-	-	283	246
Itajaí												
Florianópolis	89	86	73	32	24	24	-	-	-	-	186	142
Rio Grande	16	22	-	-	-	-	-	-	-	-	16	22
TOTAIS	425	476	157	100	27	29	46	50	51	78	707	734

(+) - Cabedelo possui um baleeiro

1.2.3 - Infra-estrutura Pesqueira

Um correto procedimento do processo de abastecimento do pescado tem ponto de partida nas condições portuárias. Assim entres as facilidades existentes nos portos, tais como: abastecimento de água, óleo combustível e gelo; limitações de espaço, de localização, área de armazenamento, serviços operacionais, administração operativa, etc. Estas facilidades via de regra são rapidamente ultrapassadas quando do aumento da dinâmica exigidas pelo crescimento de mercados, no caso é o que se verifica na maioria dos terminais pesqueiros em nossas costas, contribuindo definitivamente para prejudicar o produto, principalmente no que diz respeito a preços.

A infra-estrutura pesqueira do país é basicamente formada por entrepostos e postos de recepção de pescado, construídos pelo Ministério da Agricultura, pertencendo, em sua maioria, ao patrimônio da antiga Caixa de Crédito de Pesca. A partir da criação da SUDEPE e da Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, as referidas unidades foram transferidas para esta última autarquia.

Os atuais entrepostos de pesca foram concebidos com as características de um pequeno terminal pesqueiro possuindo cais de atracação, sistema de descarga, produção e fornecimento de gelo, fornecimento de óleo combustível e água, área para comercialização no atacado (leilão) e armazenagem frigorífica. Os postos de recepção de pescado eram unidades menores, localizadas junto a zonas de pesca artesanal e constituídas por uma fábrica de gelo, instalações de salga e distribuição de óleo combustível. Essas unidades, devido ao seu pequeno porte, são, de um modo geral, consideradas antieconômicas e de pouca significação, com tecnologia completamente ultrapassada, acarretando um alto custo operacional em virtude do elevado número de pessoas obrigadas a operá-las.

Apesar de se apresentarem em estado precário, vêm procurando atender às suas duplas finalidades específicas: armazenagem de gêneros altamente perecíveis e a fabricação de gelo, tendo em vista suprir os barcos pesqueiros.

Sem exceção, sua capacidade de operação está prejudicada, funcionando as unidades aquém de suas possibilidades. A utilização das unidades corresponde, em média, de 60 a 80% da capacidade nominal instalada por ocasião da construção das mesmas. Isto se deve ao fato de que o restante da capacidade não existe realmente no momento, ou então não apresenta as mínimas condições de uso.

Apesar desse detalhe, a operação nas unidades apresenta ótimos índices de utilização, contudo, deixa de atender quando a procura ultrapassa os limites máximos de oferta, o que se verifica, principalmente, nos meses mais quentes do ano.

Em julho de 1972, nove dos entrepostos entraram em obras de recuperação e modernização nas unidades, tendo a CIBRAZEM dotado-os de toda a sua capacidade nominal, com vistas a um atendimento satisfatório e à redução dos custos operacionais.

Em 1973, os Entrepostos da CIBRAZEM que estocaram pescado foram os seguintes : Manaus; Natal; João Pessoa; Maceió; Recife; Aracaju; Fortaleza; São Luiz; Rio de Janeiro ; Santos; Cananeia (SP); Paranaguá (PR); Coqueiros (SC); Porto Alegre; Rio Grande e São Lourenço (RS).

Uma primeira tentativa para a modernização da infra-estrutura pesqueira foi feita através do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - 1972/1974, que fez constar no rol de projetos prioritários, da área de Agricultura e Abastecimento, a construção de Terminais Pesqueiros. Na primeira etapa constavam os portos de Laguna, Niterói, Santos e Rio Grande, ficando os de Itajaí, Vitória, Salvador, Recife e Belém para a segunda etapa. Desses, foram apenas concretizados os de Laguna e Rio Grande, estando os demais na dependência de uma revisão dos estudos.

1.2.4 - Industrialização

A produção brasileira de produtos industrializados atingiu, em 1972, o volume de 243.736 toneladas, representando um acréscimo de 83% em relação à produção de 1967. O pescado fresco ou levemente refrigerado apresentou a maior oferta industrial, aumentando em 89,4% no período de cinco anos.

Mesmo apresentando oscilações, a participação percentual da produção industrial no montante capturado, passou de 31% em 1962 a 40% em 1972, chegando a atingir 43% em 1970.

Embora o período que se tenha para aferir os resultados da aplicação dos incentivos fiscais, na pesca, seja pequeno, o setor industrial, não obstante ainda apresente complexos alheios a uma realidade tecnológica, foi o que mostrou resultados mais positivos e concretos.

Muitas vezes, embora prejudicado pela falta de matéria prima, mal dimensionamento de seu corpo industrial, má localização operacional e mão-de-obra escassa e não qualificada, o setor vem conseguindo suprir as demandas internas e externas com boa margem de lucratividade.

Grande parte da produção se destina ao mercado externo apresentando os produtos, padrão tecnológico assemelhado aos dos países tradicionalmente exportadores de pescado.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS PESQUEIROS INDUSTRIALIZADOS

.140

(t.)

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>1.967</u>	<u>1.968</u>	<u>1.969</u>	<u>1.970</u>	<u>1.971</u>	<u>1.972</u>
<u>TOTAL GERAL</u>	<u>133.245</u>	<u>156.928</u>	<u>170.939</u>	<u>225.470</u>	<u>245.344</u>	<u>243.736</u>
<u>Fresco ou Ref.</u>	<u>52.081</u>	<u>63.853</u>	<u>67.422</u>	<u>99.006</u>	<u>93.789</u>	<u>98.633</u>
Peixe	47.747	58.233	60.720	89.693	84.065	90.058
Camarão	3.867	5.140	6.413	8.960	9.293	7.974
Lagosta	12	10	21	43	103	95
Molusco	288	209	193	163	203	328
Mamífero	167	261	75	147	125	175
<u>Congelado</u>	<u>24.147</u>	<u>28.481</u>	<u>33.437</u>	<u>42.308</u>	<u>66.153</u>	<u>52.401</u>
Peixe	20.132	23.710	27.288	34.500	52.877	35.313
Camarão	1.978	2.870	3.362	4.747	10.165	14.127
Lagosta	1.813	1.708	2.624	2.956	2.573	2.688
Molusco	224	193	163	105	538	273
<u>Salgado e Def.</u>	<u>21.661</u>	<u>24.111</u>	<u>26.565</u>	<u>31.471</u>	<u>31.122</u>	<u>37.671</u>
Peixe	21.360	23.740	26.121	30.882	30.512	37.239
Camarão	301	371	444	589	610	432
<u>Conservas Enl.</u>	<u>22.782</u>	<u>27.968</u>	<u>31.058</u>	<u>39.354</u>	<u>32.806</u>	<u>38.529</u>
Sardinha	20.504	24.271	27.952	35.419	29.525	34.676
Outros	2.278	3.697	3.106	3.935	3.281	3.853
<u>Farinha de Peixe</u>	<u>12.574</u>	<u>12.515</u>	<u>12.457</u>	<u>13.331</u>	<u>21.474</u>	<u>16.502</u>

VOLUME DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PESQUEIROS INDUSTRIALIZADOSNA PRODUÇÃO GLOBAL DO PAÍS

A N O S	PROD. INDUSTRIALIZADA	PROD. T O T A L	PARTICIPAÇÃO %
1 9 6 7	133.245	429.422	31
1 9 6 8	156.928	500.387	31
1 9 6 9	170.939	501.197	34
1 9 7 0	225.470	526.292	43
1 9 7 1	245.344	591.543	41
1 9 7 2	243.736	610.000 +	40

Fonte: ETIPOA - Ministério da Agricultura

+ - ESTIMATIVA

No que concerne a produção regional, ela se encontra condicionada às espécies que, durante certo período, ofereceram, ou ainda oferecem, vantagens na transformação de produtos do mar.

A lagosta permitiu ao Nordeste uma rápida expansão de seu complexo industrial que, voltado para mercados exógenos, consegue colocar grandes quantidades deste produto altamente sofisticado em montantes cada vez maiores. O potencial de matéria prima vem respondendo, até agora a contento, o que levou as indústrias, principalmente as localizadas no Ceará, a aumentar a linha de produção e ampliar as instalações em terra e no mar. Este Estado serve, até hoje, de polo de dinamização, levando frigoríficos ao Rio Grande do Norte, para facilitar o processo de conservação do pescado. Nos últimos tempos nota-se uma diminuição da produtividade da frota lagosteira, causada principalmente, pelo exagerado esforço de pesca além de problemas de poluição e captura realizada em período de intensa desova.

Os complexos industriais do Rio de Janeiro e Guanabara condicionados ao grande potencial de sardinha que a costa desses Estados oferece, vêm aperfeiçoando as técnicas utilizadas, o que os faz equipararem-se tecnologicamente aos mais modernos do mundo, enquadrando-se assim nos padrões internacionais de comercialização de conservas. Os dois Estados, congregam, 26 colônias de pesca, e empregam 11.931 pescadores que oferecem suas capturas a um mercado cada vez mais elástico. A absorção e aceitação da sardinha em conserva brasileira vem-se tornando cada vez mais fácil, no exterior, o que comprova o acréscimo de 62% ao preço médio no valor das exportações para os Estados Unidos, ocorrida em 1972, podendo-se afirmar que a demanda externa apresenta-se bem maior que a disponibilidade interna do produto.

São Paulo, com um complexo industrial denso de capital, apresenta possibilidade de compra e captura de matéria prima de qualquer parte do Brasil. A sardinha também aparece com grande frequência na costa Sudeste, o que leva as paulis-

tas a industrializarem a espécie em grandes quantidades. A pescada filetada é largamente ofertada pelo parque industrial paulista que se utiliza de tecnologia altamente desenvolvida.

Santa Catarina, no período 1970/1971, representou grande polo de atração a indústrias que exploraram o potencial camaroneiro ali existente. Na busca de grandes margens de lucros, uma boa parcela de empresários pesqueiros se lançou à captura e ao beneficiamento de uma espécie que, sem ter seu potencial aferido, sofreu exploração descoordenada, o que levou a uma acentuada diminuição da produtividade dos estoques.

A área foi altamente beneficiada pelo desenvolvimento do parque industrial pesqueiro que, além de empregar grande parte da população costeira, levou novos padrões técnicos e econômicos. No entanto, muitas indústrias encontram-se com suas atividades paralizadas, à procura de uma espécie substitutiva ou outra área de captura.

As exportações de camarão, que dependiam quase que exclusivamente dessa região chegaram a valores mínimos. Comparando os volumes exportados no período janeiro/junho de 1972 e 1973, verificou-se que o último ano apresentou uma variação de menos 60,87% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A sardinha verdadeira apresentou grandes índices de captura em 1973, possibilitando assim, o aproveitamento do parque industrial instalado. Até agosto do ano passado, essa espécie sofreu um aumento de 203,6% na sua produção em relação ao ano anterior, alcançando 63,5% do montante capturado por Santa Catarina.

O Estado do Rio Grande do Sul, apresenta a cidade de Rio Grande como um dos mais dinâmicos centros econômicos de todo o Sul do país. Suas instalações industriais possuem rede de frio com capacidade equivalente a cerca de 50% da existente em todo o país. Com uma produção altamente diversificada, esse Estado abastece o mercado interno, sendo responsável por gran

de parte da produção nacional de pescado industrializado.

Alcançando os maiores volumes de captura do país, o referido Estado beneficia a merluza e a pescada em grandes quantidades, além de outras espécies que surgem no litoral Sul.

Com grande capacidade industrial instalada, a indústria de pescados gaúcha está em permanente atualização de seus equipamentos e tecnologia, o que a leva a lançar no mercado produtos altamente sofisticados e inéditos.

Com a aparição de grandes estoques de camarão nas águas costeiras do Litoral Norte, indústrias de grande porte estão começando a atuar nessa área, como resultado de uma integração maior entre os resultados da pesquisa oceanográfica e o processamento industrial.

A região Norte vem proporcionando às indústrias de diversos pontos do país a continuidade na produção, reduzindo os déficits anuais de matéria prima causadores da ociosidade dos equipamentos nos períodos de entressafra. Embora recente, a exploração do camarão no litoral Norte virá aumentar a oferta da espécie no mercado externo que decaiu sensivelmente, com a queda da produção catarinense.

A piramutaba, também abundante na Região Norte, espécie largamente beneficiada pelas empresas de Belém, as quais encontram no mercado americano grande aceitação deste produto.

Dessa forma, o parque industrial de Belém aprimora-se e aumenta suas instalações em terra e mar.

Até dezembro de 1972 foram registradas, na SUDEPE, 210 indústrias que se dedicam à captura, industrialização, comercialização, distribuição e transporte de pescado. Suas áreas de operação coincidem, geralmente com as de maior densidade de capital.

O setor de industrialização encontra-se em 1973, gerando cerca de 68% dos empregos que a atividade pesqueira possibilita. Assim sendo, a partir da proliferação das indústrias pesqueiras, áreas até então inexploradas sofreram um aumento substancial do mercado de trabalho.

Dada a complexidade do setor, atividades complementares também se desenvolveram para atender a demanda de barcos, motores, petrechos ou quaisquer outros elementos necessários à indústria pesqueira.

A costa brasileira apresenta-se pontilhada de cidades que vivem exclusivamente dessa atividade, que, além de empregar o pescador, utiliza sua família no artesanato pesqueiro e no complexo industrial, que cada vez mais absorve mão-de-obra específica ou não.

Aos poucos, com a fácil penetração de novas tecnologias, muitos mitos se desfazem, o que possibilita novos padrões de consumo por uma população até então alheia aos valores nutritivos do pescado.

Produtos que até bem pouco tempo só eram consumidos quando advindos de outros países, são hoje largamente difundidos, em todo território nacional, a preços bem inferiores.

Os avanços ora alcançados pela tecnologia levam o setor da industrialização a dispor de meios capazes e eficientes de transformar espécies de pouca aceitação em produtos sofisticados e saborosos.

Em todas as etapas do processo industrial, os empresários se mantêm preocupados com a aplicação da tecnologia, no seu sentido mais amplo.

Os sucessivos aumentos das possibilidades da sardinha brasileira no mercado internacional e a perspectiva da

transformação do Brasil no maior produtor mundial de sardinha faz voltar para a nossa indústria pesqueira a atenção de muitos investidores estrangeiros.

As principais espécies industrializadas no Brasil são as seguintes:

. Camarão

No Norte, está sendo exportado - principalmente para os EEUU - congelado, sem cabeça, descascado e eviscerado;

No Sul - congelados, comercializados nos grandes centros: Paraná, São Paulo, Guanabara, porém o maior volume se destina à exportação para os EEUU, França, África do Sul, Argentina, Holanda e Japão.

. Piramutaba

É exportada para os EEUU, nas formas de posta e filé congelado.

. Pargo

Exportado na forma de filé congelado principalmente para os EEUU.

. Lagosta

Cozida inteira, congelada, exportada principalmente para Argentina.

Inteira, congelada para a França.

Cauda congelada, para os EEUU.

. Baleia

Em forma de charque, chega até o Norte da Bahia.

. Atum

No Sul é comercializado sob a forma de conserva enlatada.

. Namorado

Cherne-Badejo-Garoupa-Vermelho são comercializados em Vitória, Belo Horizonte, Bahia e principalmente na Guanabara e Estado do Rio, sendo encontrados em alguns supermercados sob a forma de postas e congeladas.

. Sardinha e Cavalinha

Estas espécies são industrializadas sob diversos métodos de conservação:

Salgada - o maior número de estabelecimentos especializados em salgar é encontrado na Região de Angra dos Reis (RJ), Canal de Bertioga (SP) e no Município de Ganchos (SC) cuja comercialização é feita principalmente, no Nordeste.

Congelada - enviada para o Nordeste e está sendo exportada em grande escala para Argentina, Estados Unidos, e Israel.

Enlatada - processada especialmente em São Gonçalo e Niterói. A comercialização é feita em todo o país, com alguma exportação para França, Alemanha, Filipinas e Itália.

. Xerelete, Pescada Foguete e Savelha

Comercializadas nos principais portos produtores.

. Tainha

Encontrada em toda costa brasileira, porém, capturada em maior volume nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nesses Estados, durante a desova, ocorre o fenômeno conhecido como a "corrida da tainha", ocasião em que são capturadas dezenas de toneladas.

. Enchova

Localizada, em maior volume, na costa do Estado do Rio até a do Rio Grande do Sul. Na ocasião da desova verifica-se o mesmo fenômeno da tainha e, no caso, é conhecida como "corrida da enchova".

. Siri

Capturado em maior volume no Estado de Santa Catarina mais precisamente no Município de Ganchos e sua carne é comercializada no próprio Estado, em São Paulo, Guanabara e também, liberada para exportação.

. Bagre

Industrializado no Rio Grande do Sul pelo processo da salga. Sua comercialização é feita no Nordeste, onde o consumidor o batizou de "Mulato Velho".

. Merluza

Espécie da mesma família do bacalhau, é capturada em grande volume no Rio Grande do Sul e comercializada sob a forma de filê e salgada.

. Pescada

Capturada em maior volume nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sua comercialização é feita sob a forma de salgado e de filê congelado nos Estados de São Paulo, Guanabara e também destinando-se à exportação.

1.2.5 - Comercialização

A comercialização constitui o ponto de estrangulamento e condicionante básico do desenvolvimento do setor pesqueiro pois, as flutuações de preços restringem a expansão da produção e o sistema de distribuição, pela sua precariedade, limita o crescimento do consumo.

a) Formação dos Preços

A comercialização do pescado apresenta diferenciações a partir da captura, e que irão influenciar a formação e o comportamento dos preços.

Quando esta é realizada pela própria indústria, dotada de frota própria ou arrendada, para elaboração em suas instalações, a comercialização se inicia com produtos já processados, tendo como destino os canais de distribuição para o mercado interno ou para exportação. Nesse caso, a formação de preços obedece a características mais racionais, ditadas pela estrutura de custos e condições de mercado. Quando a captura é realizada por pescadores artesanais ou armadores autônomos, o processo de comercialização se inicia no desembarque tendo, como destino, a venda direta ao consumidor, ao intermediário ou a indústria. Os preços são estabelecidos principalmente pelo volume desembarcado, sofrendo oscilações de grande amplitude no correr da comercialização e são ditados pelos compradores. Isto ocorre, não só nos pontos de pesca isolados ao longo da costa, como nos entrepostos dos grandes centros urbanos. O preço estabelecido no início do dia pode ser reduzido a uma terça parte ao final, pelo aportamento de grande número de barcos.

A estocagem, solução usualmente adotada na atividade agropecuária para contornar a sazonalidade dos produtos, encontra na pesca vários obstáculos de caráter econômico. O pescado para a sua conservação, dependendo do período de estocagem, necessita de temperatura que variam de -18°C a -40°C . Há

que se fazer ainda, a distinção entre o pescado fino e o pescado popular. O primeiro, apresentando grande variedade de espécies, é capturado individualmente, utilizando como artefato de pesca a linha, e oferecendo pequeno rendimento em volume. Os pescadores normalmente se apresentam a grandes distâncias das bases de pesca e dos centros de consumo. Esses fatos se refletem nos altos preços alcançados na comercialização, realizados em sua maior parte "in natura". As lagostas e os camarões, pescados por covos e arrasto respectivamente, proporcionam pequenas quantidades por jornada, e são influenciados pelos altos preços pagos pelo mercado internacional, que se refletem por elevados preços no mercado interno. O pescado popular, capturado por redes de arrasto ou de cerco, proporciona grandes volumes de pescado, destinados, quase que exclusivamente, à industrialização. Os cardumes geralmente, se encontram próximos da área de operação dos barcos e das indústrias. Isso faz com que o pescado popular, principal matéria prima para a indústria, alcance baixo valor unitário, tornando proibitiva a sua conservação. O pescado fino, de alto preço, normalmente escasso, prescinde de conservação, pois o seu consumo de modo geral se equilibra com a oferta.

Por outro lado, os mercados regionais diferem quanto às exigências do tipo de produto. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste consomem pescado "in natura" ou salgado em maior quantidade, por razões ditadas pelo baixo poder aquisitivo da população. A salga ainda constitui a forma de conservação de menor custo para populações de baixa renda. As regiões Sudeste e Sul consomem pescado "in natura", congelados e enlatados. O ponto comum entre as diversas regiões, é a preferência pelo pescado "in natura".

A impossibilidade do estabelecimento de preços mínimos, dada a aleatoriedade da atividade pesqueira, a grande diversificação de espécies, a perecibilidade do pescado, aliada ao alto custo de sua conservação em câmaras frigoríficas, provoca a grande instabilidade de preços verificadas no setor.

b) Distribuição e Venda

No sistema de distribuição de produtos pesqueiros reside, a origem da dificuldade de concorrência desses produtos, junto aos mercados consumidores, com outros produtos, fonte de proteínas, de origem animal.

As falhas do sistema tem início nas perdas que se processam a partir do desembarque e durante a distribuição geral. Ao desembarcar, é procedida a lavagem do pescado, o que eleva a temperatura do mesmo de próximo de 0°C a mais de 20°C, voltando a ser resfriado após a pesagem. Essa operação propicia o desenvolvimento de bactérias e enzimas que contribuem para a maior perecibilidade do pescado, muitas vezes já contaminado pela água utilizada na lavagem. A partir daí, pela conservação e manipulação inadequadas, se iniciam as perdas, que tendem a aumentar progressivamente com o sistema de transporte e distribuição adotado.

O sistema de transporte mais utilizado para alcançar os mercados consumidores é o caminhão que se desloca muitas vezes a milhares de quilômetros para atingir o mercado, o que em muitos casos, triplica o valor do pescado em seu destino. A distribuição ao consumidor final se processa através de feiras-livres, peixarias e supermercados, com predominância dos primeiros para o produto "in natura" e dos últimos para os produtos congelados e enlatados. A distribuição através de rede de frio, tem, por ora, alcance bastante limitado e somente cobre os grandes centros urbanos.

c) Consumo

1 - Consumo Aparente e consumo "Per Capta"

O consumo aparente de pescado no Brasil, sofreu um acréscimo de 175% no período de 1961/70, passando de 354.111 toneladas em 1961 para 570.393 toneladas em 1970. O consumo "per capita" que era de 4,91 Kg em 1961 alcançou 6,12 Kg em

1 970. Os dados de consumo mais recentes publicados pela FAO (in Fishery Country Profiles -1973) apontam para 35 países, entre desenvolvidos e sub-desenvolvidos, u'a média de 13,1 Kg "per capita" por ano. Como exceções ao consumo "per capita" relativamente baixo em termos mundiais, encontram-se os seguintes países, que apresentam um consumo expressivo: Portugal com 63,2 KG; Noruega com 61,3 Kg; Japão com 49,4 Kg e Espanha com 35,1 Kg. Estabelecida a comparação, verifica-se o quanto é modesto o consumo "per capita" brasileiro.

Ressalta-se, entretanto, que o pescado tem sido encarado, na maioria dos países, e com raras exceções, não como base, mas sim como complemento de ração proteica da população. Note-se que 38% da produção mundial de pescado em 1 970, teve como destino a farinha de peixe, utilizada na composição de rações animais. O Brasil, apresentando excelentes condições ao desenvolvimento da pecuária e da avicultura, encontra nessas carnes sérios concorrentes ao consumo de pescado.

2 - Composição do Pescado Consumido

No Brasil, pode-se delinear, em que pese a precariedade de dados fidedignos, o seguinte quadro sobre a utilização do pescado, no que diz respeito ao consumo alimentar:

CONSUMO	TONELADAS	%
Fresco ou refrigerado	99.006	47,6
Congelado	42.308	20,3
Curado	31.471	15,1
Conserva	35.525	17,0
TOTAL	208.310	100,0

Fonte: ETIPOA - SUDEPE - 1 970

A farinha de peixe obteve em 1 970, como produção 13.331 toneladas, destinadas à ração comercial. Os dados

acima referem-se ao aproveitamento líquido do pescado, que dependendo da forma em que é mobilizado, sofre perdas superiores a 50% do peso em relação ao pescado vivo.

A preferência do consumidor se faz pelo pescado fresco ou refrigerado e curado. O pescado congelado e em conserva, encontra aceitação nos grandes centros urbanos, não só pelas facilidades que oferece no preparo culinário, como também por contar esses centros com faixas de população de maior poder aquisitivo e de u'a melhor rede de distribuição.

O pescado curado, que inclui os produtos salgados, defumados, prensados, etc., encontram grande aceitação, pela facilidade de conservação. Independentemente da rede de frio, alcança os centros de consumo do interior do País. Por outro lado, as importações crescentes, principalmente de bacalhau, indicam a participação nos hábitos alimentares de boa parcela da população.

Em termos mais detalhados tem-se:

- Em se tratando de peixe, o de maior aceitação é o filê de pescadinha.

- O camarão sete barbas é o mais consumido, possivelmente em face do camarão verdadeiro médio do Rio Grande do Sul ter se tornado raro, em virtude do preço e vantagens alcançadas na exportação.

- A carne de sirí tem alguma aceitação assim como o filê de merluza. Este último foi introduzido facilmente no consumo direto por apresentar preço mais acessível.

- O produto empanizado, principalmente filê de peixe e camarão, tem sua faixa de consumidores bem reduzida em virtude do preço em que é oferecido.

- A sardinha congelada, dada a abundância da mesma "in natura", a preços inferiores, encontra sérias resistências nos diversos mercados.

Dentro do esquema nacional de comercialização de produtos pesqueiros, a maior contribuição é dada pelos Es-

tados da Região Sul. Essa área fica responsável pela manutenção do consumo interno de pescado.

O Rio Grande do Sul exporta para os principais centros urbanos do país a pescadinha, a merluza, a pescada, corvina, linguado e congro rosa em forma de filé congelado e camarão verdadeiro médio, também, congelado. Neste esquema, também se enquadram peixes inteiros eviscerados, em blocos, em postas e congelados (corvina, tainha, pescadinha, merluza e castanheira).

Santa Catarina em suas exportações interestaduais oferta, principalmente, o camarão sete barbas congelado, camarão rosa grande tipo exportação também congelado e, em determinadas épocas do ano, o camarão verdadeiro médio tipo Laguna. A carne de siri também é comercializada por este Estado.

De São Paulo são enviados o camarão sete barbas congelado, camarão rosa grande, sardinha congelada e peixes finos em geral.

Da Guanabara podem ser obtidos a sardinha congelada, o camarão e filé de peixe empanizados que são exportados para o Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta grande produção de enlatados, com possibilidades de ampla oferta de seus produtos em todo o território nacional. Sua produção de sardinhas é consumida, principalmente, nos Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Região Nordeste.

3 - Influência da Renda no Consumo

O comportamento do consumo de alimentos pela população tem sido objeto de estudos de especialistas e de organismos internacionais. Os resultados convergem para as seguintes constatações: populações com níveis de renda "per capita" até US\$ 300, a procura de alimentos é preponderantemente de ori-

gem vegetal; até US\$ 450 acentua-se a procura de carnes, e acima desta a procura se torna bem mais discreta. Aparentemente, ao nível de US\$ 400, as populações iniciam a substituição do consumo de pescado de baixo preço, pelo pescado fino e carne bovina.

A carência de estudos e pesquisas deste tipo no Brasil, principalmente no setor pesqueiro, conduzem a estimativas das mais variadas sobre a elasticidade-renda do consumo de pescado.

A Região Nordeste, entretanto, devido a atuação da SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil, apresenta estudos sobre o consumo em face do aumento da renda.

Assim, ficou constatado que:

- "19) para cada aumento de 6,1% ao ano na renda "per capita" urbana do Nordeste, tende a ser acompanhada por um aumento de 2% a.a. no consumo de pescado fresco e congelado, e por aumentos de 1% e 1,6% ao ano nos consumos per capita de pescado enlatado, no Nordeste urbano litorâneo e urbano não litorâneo respectivamente."
- "29) as variações de 5% a.a. na renda "per capita" rural, determina modificações de 0,4 % a.a no consumo "per capita" rural de pescado fresco."

EVOLUÇÃO DO CONSUMO APARENTE DE PRODUTOS DE PESCA

(t.)

A N O S	PRODUÇÃO (1)	IMPORTAÇÕES (2)	OFERTA TOTAL (3) = (1+2)	EXPORTAÇÕES (4)	CONSUMO APARENTE (5) = (3-4)	CONSUMO PERCAPITA kg
1.961	330.000	25.952	355.952	1.841	354.111	4,91
1.962	413.000	27.372	440.372	2.074	438.298	5,90
1.963	421.000	30.379	451.379	1.801	449.578	5,89
1.964	333.000	21.810	354.810	1.820	352.990	4,49
1.965	377.000	16.730	393.730	2.438	391.292	4,84
1.966	436.000	28.798	464.798	2.968	461.830	5,55
1.967	429.422	38.847	468.269	3.417	464.852	5,43
1.968	500.387	44.969	545.356	6.198	539.158	6,12
1.969	501.197	51.070	552.267	9.525	542.742	5,95
1.970	526.292	54.476	580.768	10.375	570.393	6,12
1.971	591.543	39.505	631.048	11.392	619.656	6,46

CONSUMO "PER CAPITA" ANUAL NO PERÍODO 60/70PESCADO

<u>ESTADO</u>	<u>CONSUMO "PER CAPITA" (kg/ano)</u>
Rio Grande do Sul	12,40
Maranhão	14,40
Paraíba	09,60
Rio Grande do Norte	07,20
Piauí	06,30
Ceará	06,00
Pernambuco	04,70
Alagoas	
Sergipe	
Bahia	06,50
Minas Gerais	00,60
Espírito Santo	05,00
Rio de Janeiro	05,00
Guanabara	12,50
São Paulo	04,00
Paraná	03,70
Santa Catarina	03,70
Mato Grosso	
Goiás	
Distrito Federal	

Fonte: FGV

BNB

SUDENE

CONSUMO APARENTE DE CONSERVAS DE SARDINHA
(EM TONELADAS)

A N O S	PRODUZIDAS	EXPORTADAS	CONSUMO APARENTE
1 9 6 7	20.504	-	20.504
1 9 6 8	24.271	-	24.271
1 9 6 9	27.952	9	27.943
1 9 7 0	35.419	22	35.397
1 9 7 1	29.525	509	29.016
1 9 7 2	34.676	1.018	33.658

ETIPOA/SUDEPE
NUCEX/CACEX

CONSUMO "PER CAPITA" DE CARNE BOVINA

ESTADOS	kg/ano
Amazonas	
Pará	
Maranhão	25,40
Piauí	
Ceará	36,20
Rio Grande do Norte	17,20
Paraíba	19,20
Pernambuco	29,30
Alagoas	
Sergipe	
Bahia	42,80
Minas Gerais	19,30
Espírito Santo	25,50
Rio de Janeiro	25,50
Guanabara	36,00
São Paulo	21,90
Paraná	24,10
Santa Catarina	24,10
Rio Grande do Sul	20,40
Mato Grosso	
Goiás	
Distrito Federal	

d) Exportação e Importação

As exportações de pescado tomaram acentuado impulso a partir do ano de 1968, que coincide com o início das liberações dos Incentivos Fiscais, criados em 1967. O aumento das exportações é explicado pelos estímulos que derivam dos elevados preços vigentes nos mercados internacionais, decorrentes da expansão da demanda de produtos pesqueiros.

Não foram os Incentivos Fiscais os responsáveis pelas causas do incremento das exportações, porém ao gerar o surgimento das bases de um parque pesqueiro moderno possibilitaram, aos produtores nacionais, resposta satisfatória à solicitação da demanda do mercado externo.

Os produtos que sofreram maiores valorizações foram a lagosta e o camarão, cujos preços no período de 1965/1972 apresentaram uma elevação de 105% e 63%, respectivamente.

Este fato explica, de par com a existência desses recursos no litoral brasileiro, uma elevação física das exportações de 122% e 1.111%, respectivamente, naquele período.

Em termos globais, isto é, quantidade e valor, as exportações brasileiras cresceram entre 1965 e 1972, de 649% e 676%, respectivamente, sendo de 3,6% o acréscimo do valor unitário dos produtos exportados entre os anos extremos do período.

O exame dos índices de exportação de pescado permite, as seguintes conclusões:

- O crescimento das exportações brasileiras de pescado, com a participação cada vez maior, do camarão, tem mostrado uma certa continuidade.

- Verifica-se um crescimento lento ou mesmo nulo das exportações de lagostas, cujos dados sugerem a existência atual de um aproveitamento máximo do recurso natural.

- A Região Norte-Nordeste, tem tido participação crescente nas exportações brasileiras, tendência reforçada - pela apropriação do camarão capturado na costa Norte do País, como produção nacional, face ao alargamento do mar territorial brasileiro.

- O produto brasileiro no mercado externo, tem apresentado crescente valorização, expressa por valor unitário, por tonelada métrica. Essa valorização foi mais acentuada no camarão em que os preços unitários se elevaram de 7,9% em média no período de 1965 a 1972, seguida da lagosta, com valorização de 5,4%, em média.

Em 1972, o Brasil importou cerca de 33 milhões de dólares de produtos pesqueiros, dos quais 32 milhões representados por bacalhau seco. A análise da balança comercial - para os produtos pesqueiros no período 1963/1972, indica que as importações de produtos pesqueiros geralmente excedem as exportações em torno de 10 milhões de dólares, tendo apresentado saldo favorável pela primeira vez, em 1972.

VALOR DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
BRASILEIRAS DE PESCADO

(VALOR FOB US\$ 1.000)

A N O S	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	S A L D O
1.963	3.674	17.418	- 13.744
1.964	2.964	12.290	- 9.326
1.965	5.053	10.198	- 5.149
1.966	5.372	17.704	- 12.332
1.967	5.538	23.247	- 17.709
1.968	10.638	23.827	- 12.189
1.969	20.120	22.391	- 2.271
1.970	19.214	29.112	- 9.898
1.971	26.664	27.453	- 789
1.972	38.441	33.870	+ 4.571

Fonte: CACEX/NUCEX

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE PESCADO PELO BRASIL

(em toneladas)

ANOS	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES
1.963	32.752	1.865
1.964	26.354	1.916
1.965	18.049	2.544
1.966	31.667	3.078
1.967	45.697	3.506
1.968	54.191	5.795
1.969	61.970	9.571
1.970	62.564	10.403
1.971	52.303	12.100
1.972	50.437	18.846

FONTE: SUDEPE

1.2.6 - Investimentos no Setor

A promulgação do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, objetivou a criação do fluxo de recursos necessários à formação de capital e de outros fatores indispensáveis à estruturação de uma indústria pesqueira, cujo crescimento, até 1967, se mostrava defazado no contexto do setor agrícola ou quando comparado com outro setor da economia. Assim, a partir de 1967, passou a pesca a desfrutar de um dinamismo, que permitiu a ruptura do círculo vicioso em que a mesma se debatia, dando condições de situá-la como efetiva contribuinte de uma parcela do Produto Nacional.

A sistemática dos incentivos fiscais prevista no decreto, prevê a dedução do Imposto de Renda pelas pessoas jurídicas registradas no país nos tetos de 20% e 50%, sendo este último para os projetos aprovados na área de atuação da SUDAM e SUDENE. A isenção temporária do imposto de renda foi estendida às pessoas jurídicas que já exercessem a atividade pesqueira.

Simultaneamente ao Decreto-lei 221, outros benefícios foram instituídos, destacando-se:

- a) isenção de imposto de importação, do imposto de produtos industrializados, de taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para as importações previstas nos projetos aprovados pela SUDEPE (Artº 73), estendendo iguais benefícios para os fabricantes nacionais desses equipamentos pesqueiros com projetos aprovados pelo CDI (Artº 74);
- b) isenção de IPI para embarcações de pesca, redes e suas partes destinadas à pesca comercial ou à científica (Artº 77);
- c) isenção total de impostos e taxas federais ao pescado (Artº 78);

d) isenção do imposto de renda e seus adicionais às pessoas jurídicas com planos aprovados pela SUDEPE (Artº 80).

Tanto os recursos de incentivos fiscais (Artº 81) como os demais, acima referidos, foram inicialmente concedidos até o ano de 1972 e, depois, prorrogados até 1977 pelo Decreto-lei 1.217/72.

Os estímulos criados trouxeram à SUDEPE 137 projetos que totalizaram recursos utilizáveis na ordem de Cr\$. Cr\$ 1.742 milhões, dos quais Cr\$ 1.191 milhões provenientes de recursos de incentivos fiscais e Cr\$ 551 milhões da contrapartida de recursos próprios. Não obstante, ao significativo volume de recursos que se tornou disponível ao setor, aliados aos favores permissíveis que objetivaram desentravar a indústria pesqueira, e lhe proporcionar meios de crescimento de acordo com as necessidades do País, surgiram inúmeras distorções, cujas consequências se fizeram logo presentes às indústrias.

Assim, a captação de Incentivos Fiscais por parte das empresas com projetos aprovados pela SUDEPE, que é descontinua e nada tem a ver com o cronograma de execução do projeto, veio a pressionar as empresas através dos compromissos decorrentes da aquisição de equipamentos ou obras contratadas. Na ausência de Incentivos Fiscais captados, as empresas tiveram de recorrer a operações no mercado financeiro. As empresas que ainda não operavam e em consequência não possuíam receita, somente poderiam realizar a liquidação dos empréstimos, com os recursos originários dos incentivos fiscais. A fim de regularizar essa situação, o Conselho Deliberativo da SUDEPE, pela Resolução nº 33, de 22 de abril de 1968, permitiu que os bens integrantes do imobilizado, adquiridos mediante financiamento a longo prazo, fossem considerados recursos próprios para efeito de atendimento das exigências legais no que se relaciona com a contrapartida da formação do capital da empresa.

Esse procedimento, com base no pressuposto que uma vez operando, a empresa aplicasse recursos próprios na liquidação dos débitos contraídos, resultou na possibilidade de execução de projetos de pesca sem aplicação de recursos próprios, tendo em vista que, na prática, a amortização desses débitos passou a ser realizado com os Incentivos Fiscais.

Na tentativa de criar condições para que os cronogramas de implantação dos projetos não fossem postergados, a SUDEPE, por intermédio da Resolução nº 33/68, abriu caminho para que a proporcionalidade entre incentivos fiscais e recursos próprios, exigência legal, não fosse atendida. Ainda assim, ao se examinar 49 empresas, das 137 que tiveram projetos aprovados, verificou-se que 36% não aportaram os recursos próprios exigidos em lei.

A fim de disciplinar o problema, foi baixada a Portaria nº 84, de 14 de fevereiro de 1974, que corrigiu a defasagem existente na contrapartida de recursos próprios, situação originada por uma interpretação ampliativa do texto da Lei, a partir de 1968. Essa portaria, conceituou "recursos próprios" em termos que obedecem aos estritos limites da etimologia da palavra "próprio", retirando-se-lhes o caráter ampliativo que vinha sendo adotado, o que permitia uma participação de recursos realmente "próprios" em níveis bastante inferiores ao mínimo de 25% previstos em lei.

Paralelamente, não foram obedecidos critérios de escolha de áreas para instalação de novas indústrias, ficando a análise dos projetos restrita ao fato de serem, ou não, os mesmos viáveis economicamente, sem levar em consideração, também na análise dos mesmos, uma série de fatores, principalmente aqueles que dizem respeito ao esforço da pesca sobre determinado estoque de pescado. "Assim, por exemplo", comenta Varolli, ⁽¹⁰⁾ "na região da Guanabara e do

(10) Varolli, Emílio - in "A situação da pesca brasileira antes e depois do Decreto-lei nº 221" - Anuário da Pesca de 1973 - São Paulo - Brasil -

Estado do Rio de Janeiro, onde o substrato pesqueiro é representado pela Sardinha da Ilha Grande, cerca de 35 projetos foram aprovados para explorarem um total de 600.000 toneladas anuais da quele Clupeideo, quando os cálculos mais otimistas avaliam em 200.000 toneladas anuais as possibilidades de captura.

É fácil constatar que 50% dos projetos aprovados estão incluídos nas áreas do Rio de Janeiro e Santos, áreas que afora a Sardinha poucos outros peixes e crustáceos podem proporcionar, enquanto que o Rio Grande do Sul que está debruçado sobre os grandes cardumes de Merluzas, Corvinas, Pescadas e outros, mereceu somente uns vinte projetos dos quais menos de metade são de indústrias novas."

Do mesmo modo, foi estabelecida uma verdadeira corrida para o camarão, na crença de que as exportações do crustáceo traria às empresas aquela situação econômica que todos almejavam em curto prazo. A verdade é que, no entanto, 60% dos projetos se apresentavam inviáveis, e 20% em difíceis condições de sobrevivência devido a planejamentos fora da realidade. O mesmo quadro também se tornou realidade para o caso da lagosta no Nordeste. Assim, a concentração de indústrias em determinadas áreas veio a acarretar a disputa pela pouca matéria-prima disponível, levando a maioria de seus empresários a utilizarem recursos de pesca que revertem numa exploração predatória.

Outra incoerência verificada, foi que a maior parte dos Incentivos Fiscais foram aplicados no setor industrial da atividade pesqueira, conforme mostram os dados da tabela.

Este fenômeno é explicado pelo espírito que presidiu a elaboração dos novos projetos, ou seja, de que o ramo industrial é o menos complexo da atividade pesqueira e os empresários já possuíam experiência na administração de indústria de um modo geral.

A consequência foi a criação de um número elevado de unidades de processamento de pescado, instaladas parcialmente, em virtude da descontinuidade na captação de incentivos e dimensionadas de modo inadequado quando comparadas com as possibilidades da captura e da comercialização de determinadas regiões.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO SETOR PESQUEIRO

1 967 / 1 972

ESPECIFICAÇÃO	% DO INVESTIMENTO	% DOS EMPREGOS
Captura	28,8	14,0
Industrialização	50,8	68,2
Comercialização	7,5	5,8
Administração	12,9	12,0
T O T A L	100,0	100,0

Objetivando sanar o excesso de empresas em determinadas áreas, bem como a concentração de recursos no setor da industrialização do pescado, o que causou o esquecimento do setor de captura e comercialização, foi baixada a Portaria 370, de 22 de outubro de 1 973, criando as faixas de prioridades, que objetiva equilibrar a concentração de indústrias e a distribuição dos recursos financeiros dentro dos setores, estimulando assim a concorrência de indústrias para áreas de efetivo potencial pesqueiro.

As faixas prioritárias estabelecidas foram baseadas nos mais recentes levantamentos de estoques existentes, não só da costa como também os oceânicos.

O estabelecimento das faixas, consorciado com as porcentagens de incentivos a serem dadas a cada projeto deverá levar os novos empreendimentos de pesca a explorarem aquelas áreas com efetivos recursos pesqueiros, que até o presente se acham em relativo abandono por parte do empresariado nacional, como é o caso do litoral norte.

Embora se tenham formulado até aqui, críticas, às quais se pode reconhecer certa procedência, quanto a determinados aspectos da execução da política de incentivos, é inegável que ela proporcionou consideráveis frutos.

Se houve um pouco de improvisação em seus primeiros tempos de vigência, resultando na aprovação de projetos em número talvez excessivo, ou mal alocados pelos vários subsectores da pesca, ou ainda pelas regiões do País, além de alguns deles apresentarem defeitos de formulação, o fato é que, a medida que se acumularam resultados e experiências, tais distorções foram sendo corrigidas. Basta ver a interrupção na aprovação de novos projetos nesses últimos anos, o apreciável número daqueles que sofreram reformulação, ou os que foram cancelados além da elaboração de novas normas visando estabelecer, para novos investimentos, uma diretriz coerente com as necessidades do País e de acordo com o atual conhecimento tecnológico.

De qualquer forma, a par dos desvios que se estão corrigindo, a política oficial de incentivos ao setor proporcionou nesses últimos anos resultados concretos que estão acima de qualquer discussão.

Devendo-se destacar a propósito:

- aumento da ordem de 10% no consumo interno, "per capita", nos últimos 10 anos;

- a criação de cerca de 20.000 novos empregos;
- a agregação de cerca de US\$ 600 milhões ao Produto Nacional Bruto, representando mais de 1% do mesmo;
- o vertiginoso aumento das exportações, que mais do que decuplicaram em valor no último decênio e permitiram, que , apesar do grande crescimento paralelamente também verificado nas importações, a partir de 1 972 o balanço do comércio exterior de produtos pesqueiros passasse a acusar saldo favorável - ao Brasil;
- grande impulso ganho pela industrialização do pescado, cujos quantitativos, praticamente dobraram entre 1 967 e 1 972 em números absolutos, ao passo que, em números relativos, apesar do crescimento da ordem de 50% na produção total, passaram a representar mais de 40% desta.

INCENTIVOS FISCAIS APROVADOS E LIBERADOS PELA SUDEPE,

POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

31/12/73

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	CR \$ MILHÕES			
	Investimento Total	INCENTIVOS FISCAIS		
		Aprovados	Liberados	%
SÃO PAULO	561,4	471,7	242,8	52,0
R. G. SUL	348,4	265,9	122,0	57,0
SANTA CATARINA	298,6	233,0	98,9	43,0
RIO DE JANEIRO	177,1	99,3	69,8	71,0
GUANABARA	246,8	205,4	70,1	41,0
PARANÁ	19,6	14,6	13,4	92,0
PARÁ	62,5	16,3	9,0	56,0
ESPÍRITO SANTO	7,9	5,9	2,9	50,0
PERNAMBUCO	3,5	2,4	-	-
BAHIA	9,5	7,1	-	-
TOTAL	1.742,0	1.324,3	628,9	

FONTE: Divisão de Projetos e Financiamentos / SUDEPE